

2010: prioridade à Biodiversidade e aos ecossistemas?

Em finais de 2006 a Assembleia Geral das Nações Unidas declarou 2010 o Ano Internacional da Biodiversidade. Será o ano do balanço dos compromissos políticos assumidos sobre a biodiversidade. Os objectivos global – reduzir a perda da biodiversidade, acordado em 2002 na Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável de Joanesburgo – e europeu – travar a perda de biodiversidade em 2010, acordado no Conselho Europeu de Goteburgo em 2001 – serão avaliados. Sabe-se já que não foram cumpridos. Novos objectivos global e europeu encontram-se já em discussão prevendo-se uma adopção política no fim de 2010.

A Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB) é uma das três “Convenções do Rio”, juntamente com as Convenções-Quadro sobre as Alterações Climáticas e de Combate à Desertificação. Estas 3 convenções estabeleceram um marco na ordem jurídica internacional com profundas repercussões em termos regionais, nacionais e locais e um reforço da sua intervenção é fundamental para a resolução das questões ambientais, sociais e económicas enfrentadas hoje em dia pelo planeta.

Estas três convenções, convém referir (num momento em que se começa a fazer um balanço das políticas ambientais no que se pode designar por balanço Rio + 20), culminaram o trabalho elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA), criado em 1972 pela Assembleia Geral, na sequência da Conferência de Estocolmo de 1972.

Com níveis de implementação muito desiguais (a da Desertificação entra em vigor apenas em 2006), as outras duas foram abertas para assinatura pelos países em 1992 na Conferência das ONU sobre o Ambiente e o Desenvolvimento, a Cimeira da Terra ou do Rio (de Janeiro), naquela que foi, até hoje, uma das mais carismáticas e mediáticas cimeiras globais. Para além dos consensos obtidos e dos compromissos políticos mundiais atingidos ao mais alto nível sob os princípios do desenvolvimento sustentável, estes alteraram profundamente os paradigmas de desenvolvimento ao inte-

RECIFES DE CORAL AMEAÇADOS PELAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Mais de 30% das espécies que constituem os recifes de coral tropicais estão hoje ameaçadas de extinção devido ao aumento da temperatura do planeta e consequentemente dos oceanos, bem como ao aumento do teor de dióxido de carbono na atmosfera. Este processo é reforçado pela poluição e pesca industrial, nomeadamente as práticas destrutivas desta última. A fragilização dos corais dos recifes e fundos oceânicos mundiais tem sido usada como indicador da saúde dos oceanos pela União Mundial para a Conservação da Natureza (IUCN em inglês). Os corais, quer os tropicais, quer os de águas frias são o pilar de muitos dos ecossistemas marinhos pois abrigam ¼ das espécies marinhas conhecidas – a destruição/perda dos corais determinará um colapso massivo da biodiversidade nos oceanos, pelo que as respectivas funções se encontram consequentemente ameaçadas. O projecto “A economia dos ecossistemas e da biodiversidade” (TEEB em inglês), iniciado pelos ministros do Ambiente do grupo G8+5, em 2007, demonstrou recentemente que a perda dos recifes de coral poderá destruir um ecossistema dos mais produtivos do mundo, verdadeiro viveiro de espécies, nomeadamente de valor comercial, que alimentam as populações residentes nessas áreas, bem como o sector produtivo. Para além deste papel fundamental, ao assegurar a segurança alimentar os recifes possuem ainda um papel crucial na defesa costeira contra a erosão e os efeitos dos eventos climáticos extremos (como os que ocorreram recentemente no sul asiático) que se prevê serem cada vez mais frequentes e devastadores. Os serviços ambientais destes ecossistemas, de acordo com o mesmo estudo, podem valer até 170 milhões de dólares americanos anuais e a sua destruição poderá ameaçar a subsistência de 500 milhões de pessoas em poucas décadas. O projecto TEEB enfatiza ainda a importância e os benefícios económicos de investir na protecção do ambiente e a relevância de um novo acordo climático global em finais de 2009 em Copenhaga. Este estudo demonstra ainda que investir na infraestrutura ecológica da Terra pode gerar uma boa taxa de retorno. Refere por exemplo que um investimento de 45 milhões de dólares americanos em áreas protegidas pode assegurar a geração de serviços ambientais na ordem de 5 triliões de dólares por ano. O mesmo constata ainda que a perda do capital natural custa mais que a crise bancária actual.

[Sítio do projecto TEEB: <http://www.teebweb.org/>]

grem as três vertentes, ambientais, sociais e económicas.

O que é a biodiversidade?

De acordo com a CDB, a biodiversidade designa a variedade dos genótipos, dos organismos, das espécies e dos ecossistemas. Designa portanto a diversidade das formas de vida na Terra, consequência de um processo evolutivo de biliões de anos. A interacção entre estas diversas formas de vida com o meio abiótico (que, fruto dessa interacção, por sua vez se modifica e evolui) transformaram a Terra no único lugar habitável conhecido até hoje para a espécie humana – a diversidade biológica é assim o pilar da civilização humana desde a sua origem. A perda da biodiversidade, acentuada nas últimas décadas, tem um vasto número de causas, desde a destruição dos habitats (por exemplo, a drenagem das zonas húmidas), poluição ou homogeneização via invasão ou cultura de espécies não autóctones. Vandana Shiva reporta que na Índia existiam e eram cultivadas cerca de 30.000 variedades autóctones de arroz – hoje em dia apenas 50, crendo-se que

o património genético das restantes se tenha perdido. O desaparecimento de uma espécie acarreta geralmente a extinção de inúmeras outras, dadas as interrelações estabelecidas nas cadeias alimentares. Por outro lado fala-se – e sobretudo tenta-se reduzir – a taxa de extinção das espécies, métrica paradoxal, pois apenas cerca de 2 milhões de espécies são conhecidas, estimando-se existirem entre 3 e 100 milhões de espécies.

Perde-se o que não se conhece e hoje em dia os efeitos directos e indirectos das alterações climáticas determinam a alteração na localização das espécies e habitats (por vezes um aumento, por vezes uma redução), dificultando ainda mais a avaliação da perda da biodiversidade e portanto a avaliação dos objectivos políticos assumidos pós-1992.

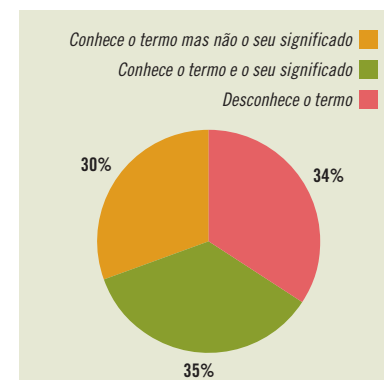
Biodiversidade: alguns pontos para debate em 2010

Em Abril de 2009 a Conferência de Atenas, organizada pela Comissão Europeia sob o lema “Protecção da Biodiversidade – para além de 2010” discutiu o futuro da política europeia sobre a biodiversidade. Aí foram

analisadas as respostas à questão da perda da biodiversidade e a sua relevância no actual contexto económico e social. Das discussões foi elaborada a “Mensagem de Atenas”, um roteiro em oito pontos, propostos como balizas da acção estratégica europeia para a construção de uma visão pós-2010. Contém os seguintes elementos:

1. Estabelecer uma visão sobre a importância da biodiversidade. Trata-se de uma questão tanto mais pertinente quanto uma sondagem do Eurobarómetro realizada em finais de 2007 demonstrou que 34% dos europeus nunca ouviram falar no termo biodiversidade e 30% ouviram falar, mas desconhecem o seu significado (EEA, 2009).
2. Uma melhor compreensão sobre o estado da biodiversidade e as acções para travar o seu declínio. Melhor informação sobre as tendências das várias componentes da biodiversidade (espécies, habitats, recursos genéticos) é crucial para orientar acções concretas. Neste âmbito a Agência Europeia do Ambiente promoveu a elaboração de um conjunto de indicadores para avaliar o progresso do objectivo europeu sobre a biodiversidade, através de um processo designado SEBI2010 (EEA, 2009).
3. Uma rede de áreas protegidas. Considerada como um dos sucessos da política europeia de protecção da natureza, a rede NATURA2000 encontra-se praticamente estabelecida para a componente terrestre na EU27, sendo que outros países, como os dos Balcãs Ocidentais, a Turquia, a Suíça e a Noruega têm também uma designação de áreas que emula os procedimentos inerentes ao estabelecimento da rede da UE.

CONHECIMENTO DO TERMO BIODIVERSIDADE NA EU-27



Fonte: EUROBARÓMETRO n.º 219, 2007 preparado por Gallup (in EEA, 2009).

Ivone Pereira Martins

Já o mesmo não acontece com a componente marinha NATURA2000 que é incipiente, não se prevendo a sua conclusão em 2010, como para a componente terrestre.

4. Protecção da biodiversidade em todo o território da União Europeia. A biodiversidade e os ecossistemas não se encontram confinados às áreas protegidas, sendo que áreas de grande valor para a conservação da natureza se encontram dispersas em áreas agrícolas, florestais ou urbanas. A política da biodiversidade deverá assim alargar-se a todo o território, independentemente do seu estatuto de protecção. As políticas de ordenamento do território aos vários níveis e o estabelecimento de uma infra-estrutura verde ou ecológica são assim fundamentais para a prossecução do objectivo de travar a perda de biodiversidade.

5. Proteger a biodiversidade a nível global. A pegada ecológica da Europa no mundo e o seu impacte nos ecossistemas de outros continentes é grande. Na Europa, o uso dos recursos naturais e a necessidade de absorção dos resíduos produzidos é superior à capacidade natural do continente para os produzir e absorver. Este deficit ecológico diz-nos que a Europa não é capaz de suprir os seus padrões de produção e consumo dentro das suas fronteiras, exercendo um impacte significativo nas outras regiões.

6. Integração sectorial da biodiversidade. Travar a perda de diversidade biológica em actividades como a agricultura, as florestas ou as pescas. Na Europa um número muito significativo de stocks estão sujeitos a sobrepesca, o que ameaça os respectivos limites biológicos de segurança de diversas espécies com valor comercial. A pesca é um dos serviços fornecidos pelos ecossistemas marinhos (serviço de aprovisionamento, de acordo com a classificação do Millennium Ecosystem Assessment), sendo que a sobrepesca, associada a outros factores, como a poluição, limita e mesmo inibe a possibilidade de fornecimento deste serviço, com profundas consequências sociais e económicas, nomeadamente de segurança alimentar. A Política Comum das Pescas deverá assim reforçar a integração da biodiversidade e assumir uma perspectiva ecossistémica na sua próxima avaliação e revisão.

7. Financiamento. Embora muitos dos fundos europeus, bem como uma fracção dos orçamentos nacionais, possam ser canalizados e aplicados em acções de protecção da biodiversidade, estima-se que o investimento feito nesta área seja muito baixo. Estima-se pois que na realidade, a avaliação do esforço financeiro europeu e nacional feito nesta área ainda se encontre por avaliar. E será muito baixo, sobretudo em relação aos benefícios fornecidos por ecossistemas saudáveis, os quais se encontram maioritariamente por quantificar. Em 2006, por exemplo, o financiamento feito através do projecto LIFE representou apenas 0,066% do orçamento europeu (EEA, 2009).

8. Alterações climáticas. É hoje amplamente reconhecido cientificamente que não é possível travar a perda da biodiversidade sem equacionar as questões inerentes às alterações climáticas. Ao invés, políticas eficazes de adaptação e de mitigação dos efeitos das alterações climáticas requerem uma utilização plena dos serviços fornecidos por ecossistemas saudáveis (nomeadamente dos serviços de suporte e de regulação, de acordo com a classificação do Millennium Ecosystem Assessment). Por outro lado, é estritamente necessário que as políticas climáticas sejam coerentes e compatíveis com as políticas de conservação da biodiversida-

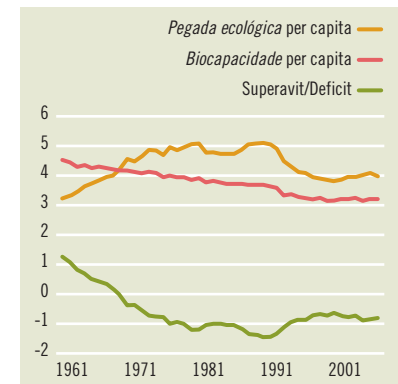
de. Os objectivos relativos à produção de biocombustíveis é um dos exemplos em que é necessário atingir essa coerência.

Desafios para o futuro: segurança e gestão dos ecossistemas

Os recursos biológicos, incluindo os recursos genéticos, deixaram de ter apenas um interesse ambiental e representam hoje um interesse económico. Novos conceitos, como o uso sustentável da biodiversidade e a repartição equitativa dos benefícios provenientes da utilização dos recursos, entre os quais os genéticos, foram desenvolvidos e postos em prática, não sem conflitos, nomeadamente entre populações indígenas e interesses económicos multinacionais. Estes conceitos baseiam-se no princípio de que, para além do valor intrínseco da diversidade biológica, este traduz-se ainda em valores ecológicos, genéticos, sociais, económicos, científicos, educacionais, culturais, recreacionais e estéticos. Em vésperas da 10ª Conferência das Partes da CDB, que ocorrerá no Japão, em 2010, os trabalhos preparatórios demonstram em primeira linha as dificuldades na sua implementação, exemplificadas pelo insucesso em cumprir os objectivos assumidos para 2010. Apontam também para uma outra dimensão estratégica (para além das vertentes ambiental, social e económica do desenvolvi-

BIOCAPACIDADE E PEGADA ECOLÓGICA DA EUROPA, 1961-2005

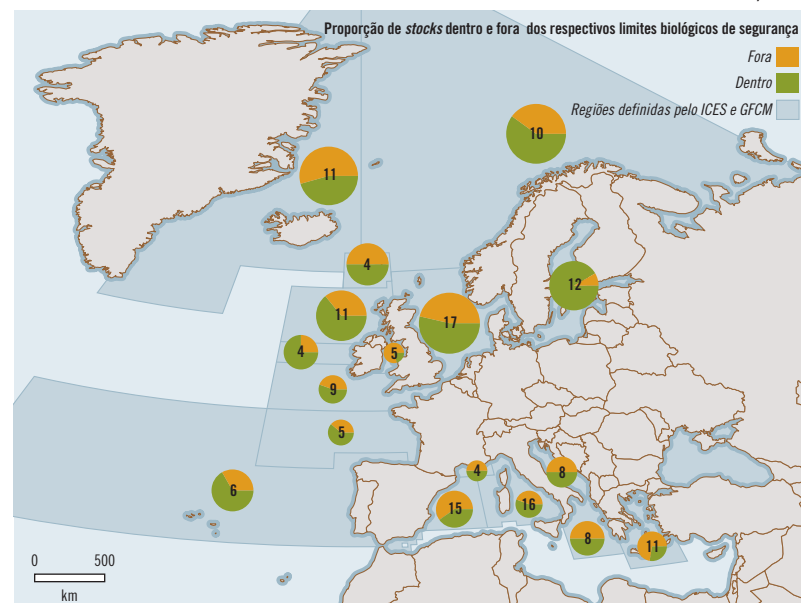
HECTARES PER CAPITA



Fonte: Global Footprint Network, National Footprint Accounts 2008 edition (in EEA, 2009).

mento sustentável) — a vertente da segurança. Lançado o debate em 1972, com o relatório “Os limites do crescimento”, as questões de segurança ambiental (integrando as dimensões ambientais num contexto estratégico de relações internacionais) são hoje cada vez mais prementes. Pressão demográfica, ruptura e/ou dificuldade de acesso aos recursos naturais, fragilidade/resiliência dos ecossistemas ao aumento da temperatura média do planeta (a hoje muito falada temática dos “tipping points”) questionam os padrões de produção e consumo actuais, desafiam os modelos da ordem internacional vigentes e apontam no sentido de um melhor conhecimento e gestão dos ecossistemas a nível planetário. ■

ESTADO DAS UNIDADES POPULACIONAIS DE ESPÉCIES SUJEITAS A PESCA NA EUROPA, 2006



Nota: Percentagem de stocks sujeitos a sobrepesca (a vermelho); percentagem de stocks dentro dos limites biológicos de segurança (a azul); o número dentro de cada círculo indica o número de stocks avaliados em cada região; a dimensão dos círculos é proporcional às capturas regionais.

Fonte: GFCM (General Fisheries Commission for the Mediterranean) e ICES (International Council for the Exploration of the Sea), 2006 (in EEA, 2009).

Referências e outras leituras

- EEA, (2008) — Impacts of Europe's changing climate — 2008 indicator-based assessment, EEA Report No 4/2008, EEA, Copenhagen.
- EEA, (2009) — Progress Towards the EU 2010 Biodiversity Target, EEA Report No 4/2009, EEA, Copenhagen.
- M. A., (2005) — Millennium Ecosystem Assessment Synthesis Report, A report of the millennium ecosystem assessment, 219p, <http://www.millenniumassessment.org/en/index.aspx>
- MEADOWS, D. *et al.*, (1972) — The limits to growth — a report for the Club of Rome project on the predicament of mankind, Universe books, 205 pp. (revised edition Earthscan 2004).
- SHIVA, V., (2003) — Monoculturas da Mente: perspectivas da Biodiversidade e da Biotecnologia, Gaia, São Paulo (Brasil).
- UK Ministry of Defence, (2007) — Global Strategic Trends Programme 2007 — 2036, DCDC.
- UNEP, (2007) — Global environmental Outlook 4 (GEO-4), Nairobi, 540pp.
- UNEP, (2009) — Time to tap climate change — Combating potential of the world ecosystems, media release, Berlin 2 September 2009.
- UNEP, (2009) — Climate Change Science Symposium, Nairobi, 76 pp.
- UNEP, (2009) — Inter-governmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystems Services (IPBES), Nairobi, 5-9 October.